



Estratégia

CONCURSOS



Estratégia
CONCURSOS

IPHAN

PROF. ROSENVAL JÚNIOR

**INSTAGRAM @PROFROSENVAL
FACEBOOK E YOUTUBE ROSENVAL JÚNIOR**

BENS PÚBLICOS

PROF. ROSENVAL JÚNIOR

@PROFROSENVAL

Art. 20. São bens da União:

- I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;
- III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005\)](#)

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI - o mar territorial;

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

- IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
- X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Cai na prova!

BENS DA UNIÃO

Terras DEVOLUTAS -> serão bens da UNIÃO, *se indispensáveis*:

- à **DEFESA** das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e
- à **PRESERVAÇÃO** ambiental

Cai na prova!

BENS DA UNIÃO

Lagos, rios e quaisquer correntes de água

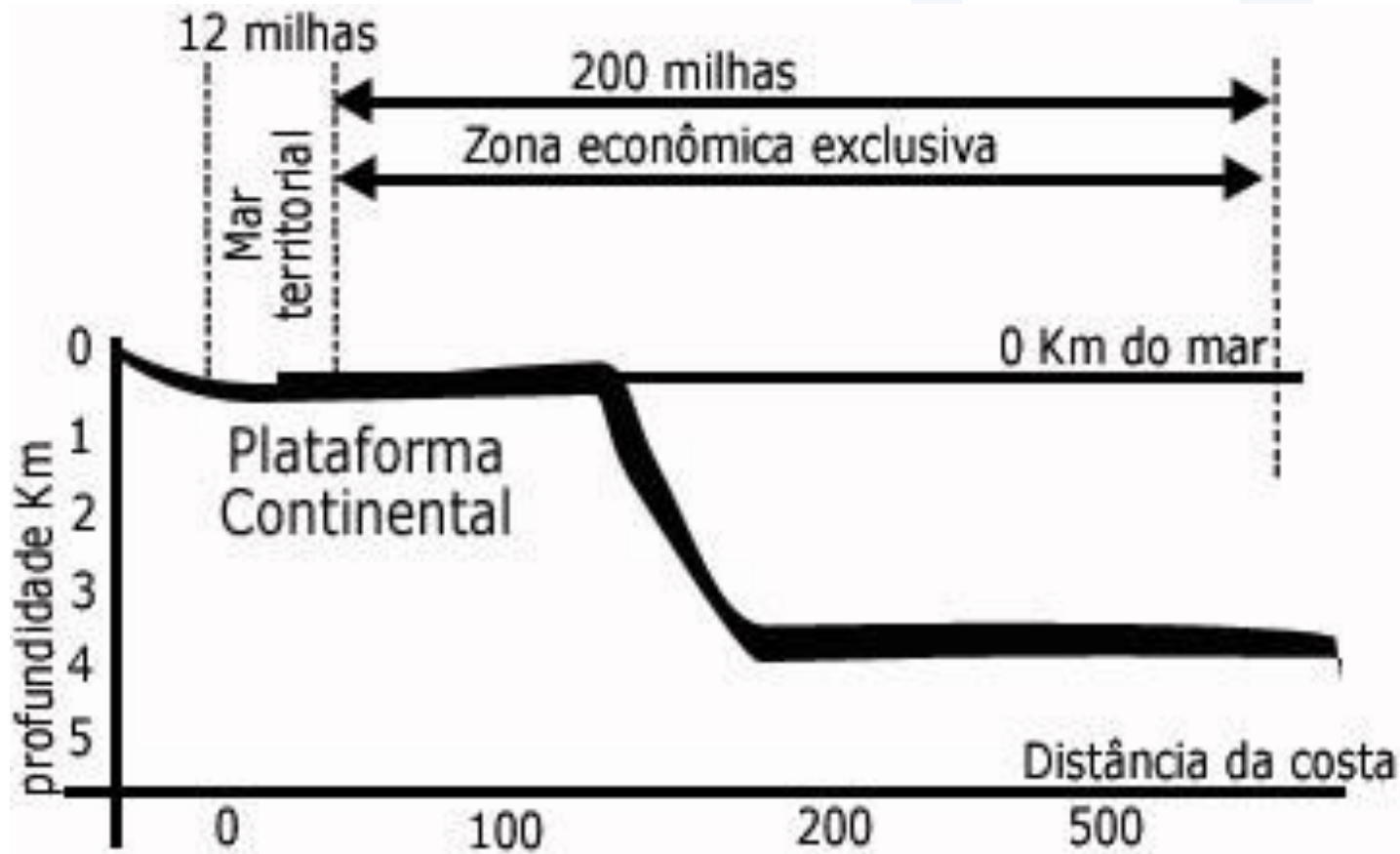
- em terrenos **de seu domínio,**
- Se banharem **mais de um Estado,**
- Se fizerem **limites com outros países,**
- Se **provierem de outro País** ou se estenderem para outro País.



Cai na prova!

BENS DA UNIÃO

- Recursos NATURAIS:
 - Da plataforma continental e
 - Da zona econômica exclusiva
- Recursos MINERAIS
 - *inclusive os do subsolo*
- MAR territorial
- Terrenos de MARinha e seus acrescidos
- Potenciais de energia hidráulica
- CAVIDADES naturais subterrâneas e os SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E PRÉ-HISTÓRICOS
- Terras tradicionalmente ocupadas pelos ÍNDIOS



1ª BATERIA DE QUESTÕES

✓ 25 QUESTÕES DA BANCA CESPE SOBRE BENS DA UNIÃO

1 - CESPE - Auditor Estadual de Infraestrutura - TCM-BA - 2018

As cavidades naturais subterrâneas são patrimônio do estado onde se localizarem.

ERRADO.

2 - Juiz - TRF 3 - 2016

Incluem-se entre os bens dos Estados as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

ERRADO.

3 - CESPE - Auditor Estadual de Infraestrutura - TCM-BA - 2018

Os recursos minerais do subsolo são de propriedade do município em que forem encontrados.

ERRADO.

4 - CESPE - TRF1 - 2017

Os recursos minerais, incluídos os do subsolo, são bens da União.

CERTO.

5 - CESPE – Procurador - TCU

Entre os bens da União estão os recursos minerais do solo e do subsolo.

CERTO.

6 - CESPE - TRE PE - 2017

Incluem-se entre os bens do estado da Federação os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

ERRADO.

7 - CESPE - Direito

Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, pertencem aos estados-membros.

ERRADO.

8 - CESPE - Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados

Os recursos minerais encontrados dentro de uma propriedade privada pertencem ao particular, e somente serão considerados públicos se a lavra estiver dentro de imóvel de propriedade da União ou em terras devolutas.

ERRADO.

9 - CESPE - Analista em Ciência e Tecnologia Júnior - CNPQ

Consideram-se terras da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações, das construções militares e das vias federais de comunicação, bem como indispensáveis à preservação ambiental, e as áreas de fronteiras.

CERTO.

10 - CESPE – ANAC

**As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras pertencem à União.
CERTO.**

11 - CESPE – Analista Ministerial - MPE TO

**Todas as terras devolutas pertencem à União.
ERRADO.**

12 - CESPE – Defensoria Pública - SE

**Todos os tipos de terras devolutas são bens da União.
ERRADO**

13 - CESPE - Oficial Técnico de Inteligência - Área 2 – ABIN - 2018

As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras e os terrenos de marinha e seus acrescidos são bens pertencentes à União.

CERTO.

14 - CESPE - TJDFT

Conforme previsão constitucional, são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

CERTO.

15 - CESPE - Cargos de Nível Médio – EMAP - 2018

As atuais terras indígenas demarcadas e localizadas no estado do Maranhão são bens públicos federais.

CERTO.

16 - CESPE - Técnico de Informática – TCE RN

**São bens dos estados-membros da Federação as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
ERRADO.**

17 - CESPE - Auditoria, Fiscalização, Ouvidoria e Transparência - CGM João Pessoa - 2018

**Os rios que banhem mais de um estado e que sejam
provenientes de outros países são considerados bens da União.
CERTO.**

18 - CESPE - Cargos de Nível Médio – EMAP - 2018

Rio que banhe os estados do Maranhão e do Piauí é um bem da União.

Certo

19 - CESPE

São considerados bens da União os rios e quaisquer correntes de água em terrenos que sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.

CERTO.

20 - CESPE - TRE PE - 2017

Incluem-se entre os bens do estado da Federação o mar territorial.

ERRADO.

21 - CESPE - TRE PE - 2017

Incluem-se entre os bens do estado da Federação os potenciais de energia hidráulica.

ERRADO.

22 - CESPE - Procurador Federal - AGU

**Os terrenos de marinha, assim como os seus terrenos
acrescidos, pertencem à União por expressa disposição
constitucional.**

CERTO

23 - CESPE - TJDF

Conforme previsão constitucional, são bens da União

- a) as ilhas fluviais, lacustres e marítimas, incluídas aquelas em que existam sedes de municípios ou capitais de estados.**
- b) as usinas exploradoras de potenciais de energia hidráulica.**
- c) o mar territorial e os espaços marítimos sobrejacentes à plataforma continental até o limite exterior da zona econômica exclusiva.**
- d) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.**
- e) os rios e lagos que banhem mais de um estado ou município, ou que se estendam a Estados estrangeiros ou que deles provenham.**

LETRA D.

24 - CESPE - Consultor Legislativo – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ao descrever os biomas floresta amazônica brasileira, mata atlântica, serra do mar, pantanal mato-grossense e zona costeira como integrantes do patrimônio nacional, a Constituição Federal os inclui dentro do rol de bens da União.

ERRADO.

25 - CESPE – ANALISTA AMBIENTAL - ICMBio

O pantanal mato-grossense, assim como a floresta amazônica, a mata atlântica, a Serra do Mar e a zona costeira, de fato, foi declarado pela CF como patrimônio nacional, o que identifica a referida área também como bem da União.

ERRADO

COMPETÊNCIAS

ESQUEMA 1

ESQUEMA 2

Art. 23. É competência **COMUM** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

- X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. **Leis complementares** fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal **legislar concorrentemente** sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e **urbanístico**;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, **cultura**, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015\)](#)

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da **União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.**

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais **não** exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais **SUSPENDE** a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Art. 30. Compete aos **Municípios**:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006\)](#)

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

COMUM (ADMINISTRAR)	CONCORRENTE (LEGISLAR SOBRE)
I - conservar o patrimônio público; III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;	VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

COMUM (ADMINISTRAR)	CONCORRENTE (LEGISLAR SOBRE)
VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;	VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;	IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

2ª BATERIA DE QUESTÕES

✓ 55 QUESTÕES DA BANCA CESPE SOBRE COMPETÊNCIAS

1 - CESPE - JUIZ - TJ CE - 2018

O combate a qualquer forma de poluição faz parte da competência administrativa comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

CERTO.

2 - CESPE – Julgamento – TCE PE - 2017

A proteção ao meio ambiente é de competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios.

CERTO.

3 - CESPE - JE TJPI

A proteção do ambiente e o combate à poluição em qualquer de suas formas, assim como a preservação das florestas, da fauna e da flora, são matérias da competência material comum da União, dos estados, do DF e dos municípios. CERTO.

4 - CESPE – JUIZ - TRF5

É competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora. CERTO.

5 - CESPE –Técnico Administrativo - MPU

Compete exclusivamente à União preservar as florestas, a fauna e a flora.

ERRADO.

6 - CESPE – Técnico Administrativo - IBAMA

Constituem matérias de competência privativa da União a proteção do meio ambiente e o combate à poluição, em qualquer de suas formas.

ERRADO.

7 - CESPE – JUIZ - TRF5

**Tendo sido o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, criado por decreto federal (Decreto-lei n.º 1.035/1939), não pode a prefeitura do município de localização desse parque estabelecer medidas de preservação ambiental na área do parque, atribuição inserida na competência material exclusiva da União.
ERRADO.**

8 - CESPE - Administração, Ciências Contábeis e Economia - ANCINE

A Constituição da República, promulgada em 5/10/1988, dada a importância da matéria, reservou um de seus títulos à Organização do Estado. Com base no que estabelece a Constituição, julgue o seguinte item.

É competência exclusiva da União proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

ERRADO.

9 - CESPE - Administração, Ciências Contábeis e Economia - ANCINE

É de competência privativa da União impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

ERRADO.

10 - CESPE – Juiz - TRF5

A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios exercem cumulativamente a competência para proteger o meio ambiente, especialmente no que se refere ao combate à poluição e à proteção das florestas, cabendo, porém, somente à União a competência administrativa para a tutela da fauna.

ERRADO.

11 - CESPE – Juiz - TRF5

Com relação ao meio ambiente cultural, julgue o item que se segue.

Por ser comum a competência material para a proteção do patrimônio cultural, a União, o estado e o município podem, simultaneamente, instituir tombamento sobre um mesmo bem, desde que haja relevância histórico-cultural de âmbito local, regional ou nacional.

CERTO.

12 - CESPE - AGU

Compete privativamente à União legislar sobre florestas, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais.

ERRADO.

13 - CESPE – Consultor - CLDF

Como a competência legislativa em matéria ambiental é concorrente, as unidades da Federação têm liberdade para criar regras de controle da poluição que sejam menos restritivas que as normas federais.

ERRADO.

14 - CESPE - PRF

Em se tratando de matéria para a qual se preveja a competência legislativa concorrente, a CF autoriza os estados a exercerem a competência legislativa plena para atenderem a suas peculiaridades se inexistir lei federal sobre normas gerais.

CERTO.

15 - CESPE - DEPEN

No âmbito da legislação concorrente, a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos estados.

ERRADO.

16 - CESPE – Analista Ambiental - IBAMA

A respeito das ações administrativas decorrentes do exercício da competência no combate à poluição, na proteção do meio ambiente e na preservação das florestas e paisagens naturais notáveis, julgue o item a seguir.

As normas para a cooperação entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, concernentes às referidas competências constitucionais, serão disciplinadas em lei complementar a ser editada.

ERRADO.

17 - CESPE – JUIZ - TRF5

Se determinado estado da Federação editar lei instituindo código florestal, a referida lei deverá ser considerada inconstitucional, visto que cabe à União, em caráter privativo, legislar sobre a matéria.

ERRADO.

18 - CESPE - Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados

O meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum da sociedade, constitui direito difuso, e, por sua relevância, o legislador constituinte reservou à União a competência privativa para legislar acerca da matéria.

ERRADO.

19 - CESPE – Procurador - TCE-PE

Com relação a competência, julgue o item seguinte.

É competência comum da União, estados e municípios legislar sobre desapropriação.

ERRADO.

20 - CESPE – CONSULTOR LEGISLATIVO – CÂMARA DOS DEPUTADOS

**A preservação de florestas é da competência administrativa concorrente da União e dos estados.
ERRADO.**

21 - CESPE – Juiz - TJAM

É da competência concorrente da União, dos estados e do DF proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

ERRADO.

22 - CESPE – JUIZ - TJBA

Compete a todos os entes da Federação, concorrentemente, a execução das normas destinadas à tutela do patrimônio ambiental, ou seja, é concorrente a competência material.

ERRADO.

23 - CESPE – Delegado - PC GO - 2017

A competência para proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas é concorrente entre a União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios, de modo que a ação administrativa do órgão ambiental da União prevalece sobre a ação dos demais entes federativos.

ERRADO.

24 - CESPE – Administração – TCE PE - 2017

Lei municipal de interesse local que tratar de combate à poluição contrariará a CF, uma vez que esta competência é privativa da União.

ERRADO.

25 - CESPE – CONSULTOR LEGISLATIVO – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apesar de se verificar significativa atuação da União, por meio do IPHAN, na preservação do patrimônio histórico nacional, tal atividade é atribuição comum tanto dela quanto dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. CERTO.

26 - CESPE – JUIZ - TRF5

É competência privativa da União a proteção, por meio do IPHAN, dos documentos, das obras e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural, dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos.

ERRADO.

27 - CESPE - MPE RR

No tocante à competência legislativa a ser exercida pelos estados, deve-se considerar que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais e que esta exclui a competência complementar dos estados.

ERRADO.

28 - TJ MT - 2016

É competência privativa da União legislar sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico.

ERRADO.

29 - MPE SP

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

ERRADO.

30 - CESPE - JUIZ - TJ CE - 2018

A competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente pertence, privativamente, à União.

ERRADO

31 - MPE SP

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

ERRADO.

32 - CESPE – JUIZ - TRF5

A CF atribui competência privativa à União para legislar sobre conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Todavia, essa competência é passível de delegação aos estados e ao DF.

ERRADO.

33 - CESPE - Técnico (ANCINE)

Julgue o item seguinte, acerca da organização político-administrativa brasileira.

Compete privativamente à União legislar sobre cultura.

ERRADO.

34 - CESPE – Economia - ANTAQ

Acerca da Constituição Federal, julgue o item seguinte.

Compete concorrentemente à União, estados, Distrito Federal e municípios legislar sobre águas.

ERRADO.

35 - CESPE - AJ Administrativa - TRE PE - 2017

A respeito das competências dos entes federados, assinale a opção correta.

- a) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa residual para atender às suas peculiaridades.**
- b) A eficácia de lei estadual vigente não será suspensa na hipótese de superveniência de lei federal sobre normas gerais, mesmo que a lei federal traga disposições contrárias à lei estadual.**
- c) Compete privativamente à União zelar pela guarda da CF, das leis e das instituições democráticas.**

- d) A competência da União para legislar sobre normas gerais afasta a competência suplementar dos estados.**
- e) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.**

LETRA E

36 - CESPE - Promotor de Justiça Substituto – MPE BA - 2018

No que tange à temática ambiental (competência ambiental), marque a alternativa correta:

- a) A União detém competência privativa para legislar sobre jazidas, minas, caça, pesca e atividades nucleares de qualquer natureza, nos termos da Carta Magna.**
- b) As normas gerais no âmbito da competência concorrente são atribuídas à União.**
- c) Compete exclusivamente à União legislar acerca da responsabilidade por dano ao meio ambiente.**

- d) No âmbito da legislação concorrente, os estados não podem legislar sobre matéria ainda não tratada pela União.**
- e) Mesmo que exista atuação normativa geral por parte da União, o estado-membro pode tratar, em caráter pleno, das normas gerais.**

Letra B.

37 - CESPE - ANVISA - 2016

Situação hipotética: O estado de Minas Gerais editou norma geral sobre matéria de competência concorrente, ante a ausência de norma geral editada pela União. Todavia, meses depois, a União promulgou lei estabelecendo normas gerais acerca da matéria. Assertiva: Nessa situação, a lei estadual terá sua eficácia suspensa naquilo que for contrária à lei federal.

CERTO.

38 - CESPE - ANATEL

Considere que determinado estado tenha editado norma geral sobre matéria de competência concorrente, ante a ausência de normas gerais editadas pela União. Nessa situação, se a União, posteriormente, editar lei estabelecendo normas gerais sobre a mesma matéria, a referida lei estadual será suspensa, no que for contrária à lei federal.

CERTO.

39 - CESPE - JE TJPI

**A CF atribui competência legislativa concorrente à União, aos estados e ao DF para legislar acerca de proteção do ambiente, sendo vedado aos municípios editar leis desse teor.
ERRADO.**

40 - CESPE - OAB

É da competência dos estados a promoção, no que couber, do adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

ERRADO.

41 - CESPE - JE TJAM/2016

Compete aos municípios a promoção do adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

CERTO.

42 - CESPE – Procurador - PGE PE

O Brasil, como República Federativa, possui forma de Estado que prevê a descentralização do poder. Essa configuração constitucional reflete nas competências legislativas e administrativas ambientais. Com relação a essas informações, assinale a opção correta.

- a) Com fulcro no princípio da predominância do interesse, compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça e pesca.**
- b) Mesmo que exista atuação normativa por parte da União, o estado-membro pode tratar das normas gerais.**
- c) O município não está elencado no artigo constitucional que trata da competência concorrente, mas pode legislar acerca do tema meio ambiente.**

- d) O DF não pode legislar concorrentemente com a União na matéria ambiental, por ser a sede da República brasileira.**
- e) Os estados podem legislar concorrentemente sobre jazidas e minas encontradas em seus territórios.**

letra C

43 - CESPE – Consultor – SENADO FEDERAL

De acordo com a Constituição da República, cabe à administração municipal a responsabilidade pela gestão dos serviços de interesse local, como a coleta e o destino final do lixo.

CERTO.

44 - CESPE – JUIZ - TRF2

**Com relação à competência ambiental executiva, dispõe a CF que a organização e o planejamento de aglomerações urbanas e microrregiões competem exclusivamente aos municípios.
ERRADO.**

45 - CESPE – Procurador - PGE BA

**Cabe aos municípios explorar os serviços locais de gás canalizado.
ERRADO.**

46 - CESPE – Procurador - PGE SE - 2017

A câmara municipal de Aracaju, preocupada com o risco de acidentes ambientais e com a saúde da população, publicou uma lei decretando a impossibilidade, nos limites do município, de instalação de empresas que lidem com materiais nucleares, bem como de realização de atividades que envolvam esses materiais.

Nesse caso, considerando-se a legislação pertinente, a norma municipal publicada é

- a) constitucional, pois compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.**
- b) inconstitucional, uma vez que a competência sobre o assunto é concorrente à União, aos estados e ao DF.**

c) inconstitucional, já que a competência sobre o assunto é supletiva dos estados.

d) inconstitucional, haja vista que a competência sobre o assunto é privativa da União.

e) constitucional, porque a competência sobre o assunto é concorrente à União, aos estados, ao DF e aos municípios.

LETRA D.

47 - CESPE - AGU

**O município pode fiscalizar as concessões de direitos de exploração de recursos minerais em seus territórios.
CERTO.**

48 - CESPE – Área Administrativa – STM

É de competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios legislar sobre responsabilização por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

ERRADO.

49 - CESPE – Procurador Municipal

A Constituição de 1988 prevê competência concorrente para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico, e competência comum para impor o tombamento. Em decorrência desse dispositivo, cabe aos municípios o poder-dever de constituir normas gerais sobre tombamento, delineando aquelas que dão as características desse instituto jurídico, indicando o modo como se instaura o procedimento, a maneira como é gerido o bem tombado, a abrangência da proteção e o sistema de sanções aplicáveis.

ERRADO.

50 - CESPE – Inspetor de Polícia - PC PE

A promoção da proteção do patrimônio histórico-cultural local compete aos estados.

ERRADO.

51 - CESPE – TCU – Auditor Federal de Controle Externo

O serviço de promoção da proteção do patrimônio histórico cultural local é de competência dos estados-membros e do Distrito Federal.

ERRADO.

52 - CESPE – Assistente em Administração - IFB

É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

CERTO.

53 - CESPE/UnB – Procurador de Estado – PGE-PE

Com fulcro no princípio da predominância do interesse, compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça e pesca.

ERRADO.

54 - CESPE – Procurador de Estado – PGE-PE

O município não está elencado no artigo constitucional que trata da competência concorrente, mas pode legislar acerca do tema meio ambiente.

CERTO.

55 - CESPE/UnB – Promotor de Justiça – MPE-AM

As normas gerais no âmbito da competência concorrente são atribuídas à União.

CERTO.

TODAS AS QUESTÕES FORAM RESOLVIDAS EM AULA!

Qualquer dúvida entre em contato com o professor pelo instagram @profrosenval

Artigos para consulta e aprofundamento: 20, 21, 22, 23, 24 , 25, 26 e 30, da CF/88.

Artigos cobrados expressamente no edital do IPHAN: 20, 23, 24 e 30, da CF88.

Bons estudos!!!

OBRIGADO

PROF. ROSENVAL JUNIOR

INSTAGRAM @PROFROSENVAL

FACEBOOK E YOUTUBE: ROSENVAL JÚNIOR



Estratégia

CONCURSOS